

# Editorial

## MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: ESPAÇOS E PRÁTICAS DE DIFUSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Danielle Heberle Viegas<sup>1</sup>  
Wagner dos Santos Chagas<sup>2</sup>

Tema notório nas discussões sobre patrimônio e patrimonialização na contemporaneidade é aquele que busca refletir sobre as diferentes mobilizações que a noção de materialidade possui nas revisões do que é e do que pode ser considerado patrimônio. O patrimônio, essencialmente, não é definido com base nos objetos que o constituem, “mas pela modificação que se opera na consciência social no momento em que determinada categoria de objetos passa para outro mundo separado do cotidiano, gerado por regras de manutenção e de veneração específica” (LEENHARDT, 2011, p. 9).

Tais regras de manutenção e veneração específica atribuem um novo *status* para esses objetos, separando-os do presente para entrar na memória da sociedade. Nesses termos, acompanhamos Mastrogregori (2006, p. 72) quando afirma que “a transmissão de lembranças e da imagem do passado é frequentemente ligada ao exercício do poder e é preciso notar que esses movimentos determinam diretamente a formação, a posição, a localização das fontes que a história científica um dia deverá explorar” e, conseqüentemente, tornar patrimônio. Conforme Ricoeur (1994, p. 105), “compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos”. Assim, procura-se debater: quais são os mediadores narrativos entre a configuração e a reconfiguração do que é considerado patrimônio? Qual o papel dos espaços e práticas de difusão quanto à elaboração do próprio conceito de patrimônio?

Os artigos reunidos no dossiê “Memória e patrimônio cultural: espaços e práticas de difusão na contemporaneidade” têm o intuito de lançar luz sobre essas e outras pautas. Foram agregados, nesse sentido, alguns casos exemplares: o dossiê inclui textos que abordam os chamados patrimônios sensíveis, outros que versam sobre a gestão de patrimônios imateriais e naturais, contribuições sobre o *status* das práticas de restauração para a manutenção de materialidades patrimoniais e, ainda, um ensaio sobre a relação entre memória e esquecimento sob a perspectiva literária.

No que diz respeito à emergência de temáticas relacionadas aos patrimônios sensíveis, qual seja, aqueles ligados a traumas sociais coletivos de grande expressividade, lembra-se da colocação de Leonardo Castriota. O pesquisador define-os como uma mudança de paradigma da ideia de patrimônio, por muito tempo ligada à conservação-baseada-na-matéria, rumo à consideração de um “valor que não seria apenas intrínseco a ele, não estaria apenas em sua materialidade, [...] mas residiria, em última instância, no próprio processo de sua

---

<sup>1</sup> Doutora em História (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Impactos Ambientais da Universidade La Salle/Unilasalle. E-mail: danielle.viegas@unilasalle.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em Educação (Unisinos), pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unilasalle. E-mail: tutorwagner@gmail.com.

patrimonialização através do qual ele se transforma, por associação, numa referência para o país” (CASTRIOTA, 2019).

O assunto foi colocado em vitrine no Brasil especialmente após as tragédias decorrentes dos rompimentos de barragens no estado de Minas Gerais (MG). O dossiê ora apresentado possui dois artigos que conversam com o assunto em perspectiva global. Foram intitulados de “Turismo em ‘patrimônios de sofrimento’: história e memórias”, da autora Silvia Helena Zanirato, e “Perdas irreparáveis: conflito bélico mundial, cultura material e patrimônio”, escrito por Joana Carolina Schossler e Aline Vieira Carvalho. No primeiro texto, a autora problematizou as associações entre memória e patrimônio na produção acadêmica, bem como as localidades que foram patrimonializadas pela referência a memórias dolorosas de acontecimentos trágicos, convertidos em patrimônio cultural da humanidade. Discorreu-se sobre as justificativas empregadas pela Unesco para a ativação desses lugares como patrimônio, assim como as memórias ali contidas e os problemas enfrentados pela visitação turística que remetem aos desafios de pensar historicamente a relação entre memória e sofrimento.

Em estudos sobre patrimônio, é mais válido compreender a construção de esquecimento e não o esquecimento em si, sabendo que “a tradição histórica das lembranças é, em suma, essa dinâmica das ações da memória e do esquecimento, da conservação e da destruição” (MASTROGREGORI, 2006, p. 73). É sob tal perspectiva que no segundo artigo referido se analisam os conflitos bélicos e as perdas patrimoniais ocasionadas em ações de disputa entre grupos culturais, os Estados Nacionais e outros agentes. Com base na angústia gerada pela ideia de perda, o texto propõe uma reflexão sobre o significado de cultura material, mostrando historicamente como as disputas de poder atingiram o patrimônio material das civilizações. A perspectiva endossa, ainda, as colocações de Rosane Martins de Pietro e Rita de Cássia Giraldi no artigo “Teatro Cultura Artística: a recuperação de um patrimônio”, no qual as autoras abordam o processo de reconstrução do Teatro Cultura Artística em decorrência de um incêndio ocorrido em 2008. Partindo das etapas do tombamento histórico do teatro, a análise discute as correntes de preservação, as técnicas de restauração e as políticas de revitalização urbana praticadas na atualidade. Em última instância, os três textos aqui citados debatem o lugar do patrimônio no tempo e na cidade, quando se reporta a Ricoeur (2001, p. 326), que diz:

A cidade constitui um espetáculo extraordinário de mediações mais do que transgeracionais. [...] Vários extratos de memória coletiva estão assim, empilhados no tempo e exibidas na geografia da cidade. Existirá mais eloquente contemporaneidade do não contemporâneo do que a cidade?

Para indagar sobre a intersecção entre memória e patrimônio, é oportuno registrar novamente uma colocação de Mastrogregori (2006, p. 70), que sugere estudar um processo de tradição das lembranças e não a tradição em si. Esse foi o caso aplicado no artigo intitulado “A gestão do conhecimento na fabricação de espumantes da Adega Chesini: um patrimônio imaterial familiar”, de autoria de Priscila Espirito Santo Campos e de Tamara Cecilia Karawejczyk Telles, que articularam o conhecimento intraorganizacional à memória familiar e à produção de conhecimento imaterial sobre a fabricação de espumantes na Adega Chesini, localizada na Região Sul do Brasil. O texto em foco expõe um caso notório, no qual a noção de patrimônio cultural recai muito mais sobre elementos que constituem as identidades de determinados grupos com a produção da memória social destes do que a noção outrora vigente em prol do ideário de nacionalização de matriz lusitana e enaltecida do passado (e da cidade) colonial, marcada pela busca de uma identidade nacional “profunda” (CASTRIOTA, 2009, p. 71).

Para Molin (2011), o Ocidente, muito tempo depois das sociedades orientais, reconheceu a importância e o valor cultural das manifestações populares, admitindo que preservar e transmitir modos de fazer e saberes tradicionais são tão importantes como conservar objetos do passado. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seguindo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial da Unesco, considera bens culturais imateriais todas as práticas e domínios sociais que se manifestam na forma de “saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, 2018). Dentro dessa ampliação de pensamento sobre patrimônio, deparamos com o artigo de Eduardo Roberto Jordão Knack e Ariadne Ketini Costa de Alcântara, que versa sobre as múltiplas escalas relacionadas ao processo de atribuição de valor e de memória a patrimônios e que foi chamado de “A patrimonialização dos teatros brasileiros em 1963: o Teatro Sete de Abril, em Pelotas, e o Teatro Arthur Azevedo, em São Luís”. Os bens culturais imateriais são transmitidos de maneira intergeracional, passando por uma recriação pelos grupos que são os herdeiros desse patrimônio mediante o entrelaçamento da paisagem natural e sua história, constituindo um fator aglutinante desse grupo. Os bens culturais imateriais, sendo assim, contribuem “para a promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (IPHAN, 2018).

Não obstante, no texto de Maria Cristina Caponero, Rita Giraldi e Edson Leite, nominado “Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade”, são discutidas questões sobre a inserção de Paraty na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco como patrimônio misto, cultural e, notavelmente, natural. Os autores intencionam compreender não só a importância de tal fato, que visa valorizar e preservar o patrimônio cultural (material e imaterial) e o natural, mas também seus desdobramentos do ponto de vista da história, da identidade e da memória.

É importante ressaltar o interessante debate sobre o *status* da materialidade em patrimônio mobilizado a partir do chamado *environmental turn*, ou seja, a virada ambiental. Tal processo passou a ser percebido por meio de uma experiência de mal-estar da civilização moderna, principalmente a partir da segunda metade do século XX (FRENCH, 1987). O termo refere-se a um reposicionamento das ciências humanas e sociais no sentido de abarcar, compreender e lidar com a alteração/degradação da biosfera terrestre e colaborou ativamente para a definição legislativa e conceitual de patrimônio natural e de paisagem cultural. A crítica sobre a centralidade da arquitetura na noção de patrimônio – além da percepção de devastação natural – trouxe a natureza para os focos do debate da tutela estatal. Nessa direção, a materialidade é entendida, hoje em dia, tanto como natural quanto cultural (MCNEILL; MAULDIN, 2012, p. XVI).

Por fim, citamos o ensaio de Marcos Laffin, intitulado “Quem escreve arquiva a própria vida na memória social”, no qual o autor defende um entendimento de memória e escrita como um instrumental para o desenvolvimento humano. Concordamos ao oportunamente lembrar que nenhuma das tendências aqui apresentadas asseguram equidade e idoneidade total sobre as práticas de patrimonialização. Produzem-se avanços, todavia rumo a políticas de memória afirmativas e que buscam reparar processos que outrora obscureceram legados de grupos sociais e temas que não se enquadravam nas políticas de patrimonialização estabelecidas. Parece-nos que as contribuições ofertadas pelo presente dossiê oferecem uma porta de acesso a essas perspectivas e que tal discussão não pode se eximir de indagar, por fim, sobre o papel dos patrimônios na construção de uma cidadania ampliada para o cenário brasileiro atual.

## REFERÊNCIAS

CASTRIOTA, Leonardo. Lidando com um patrimônio sensível. O caso de Bento Rodrigues, Mariana (MG). *Arquitextos*, São Paulo, ano 20, jul. 2019. In: VITRUVIUS. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7423>. Acesso em: set. 2019.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FRENCH, Roderick S.; ROLSTON, Holmes. The environmental turn. **Science, Technology, & Human Values**, v. 12, n. 3/4, p. 151-153, 1987.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Patrimônio imaterial. In: DICIONÁRIO do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85>. Acesso em: 20 fev. 2018.

LEENHARDT, Jacques. Teoria e prática do patrimônio. In: BERND, Zilá; SANTOS, Maria Weber Santos (org.). **Bens culturais**: temas contemporâneos. Porto Alegre: Editora Movimento, 2011. v. 3.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MCNEILL, John; MAULDIN, Erin S. (ed.). **A companion to global environmental history**. Oxford Press, 2012.

MOLIN, Ângela. As políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: BERND, Zilá; SANTOS, Maria Weber Santos (org.). **Bens culturais**: temas contemporâneos. Porto Alegre: Editora Movimento, 2011. v. 3.

RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar. **O desafio do século XXI**: religar os conhecimentos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.